

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR**

Karen Daiane Machado Lopes Castro

**FORMAÇÃO DOCENTE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA E A INCLUSÃO ESCOLAR DE
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

TRAMANDAÍ
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR

Karen Daiane Machado Lopes Castro

**FORMAÇÃO DOCENTE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA E A INCLUSÃO ESCOLAR DE
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul. Orientadora Prof. Dra.
Graciele Marjana Kraemer.

TRAMANDAÍ
2023

Castro, Karen Daiane Machado Lopes
Formação docente nos cursos de pedagogia e a
inclusão escolar de alunos com deficiência / Karen
Daiane Machado Lopes Castro. -- 2023.
41 f.
Orientadora: Graciele Marjana Kraemer.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandaí,
BR-RS, 2023.

1. Formação docente. 2. Inclusão escolar. 3. Alunos
com deficiência. 4. Formação inicial. I. Kraemer,
Graciele Marjana, orient. II. Título.

KAREN DAIANE MACHADO LOPES CASTRO

FORMAÇÃO DOCENTE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA E A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora Prof. Dra. Graciele Marjana Kraemer.

Data de aprovação: (30 de janeiro de 2023)

Banca examinadora

Profa. Dra. Graciele Marjana Kraemer – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Rejane Ramos Klein
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu filho João
Felipe com Transtorno do Espectro Autista,
que me inspira na luta pela inclusão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela oportunidade de retomar os estudos.

Agradeço por existirem políticas públicas como o Encceja, o Enem, o EJA, o UAB, as políticas de cotas que possibilitam àqueles que não tiveram acesso à escola na infância e na adolescência, por diversos motivos, voltar aos estudos e cursar uma universidade.

Agradeço à Sabrina Mesquita de Paula que me apresentou o mundo da educação quando me indicou um curso de Educador Assistente que foi um marco positivo e mudou minha vida.

Agradeço à psicopedagoga Maria Inês O. Freitas Martins que transborda amor e empatia no exercício da profissão e na vida e me inspira na construção da profissional que quero ser.

À todos os docentes que compartilharam seus saberes na formação no Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), minha gratidão, pelas trocas, aprendizagens e conhecimentos compartilhados comigo, meu muito obrigada!

Agradeço a todos os que me incentivaram para não desistir diante das dificuldades que não foram poucas, aos professores e colegas.

Um agradecimento especial à professora Graciele Marjana Kraemer pela paciência, pelo apoio e pelo incentivo que foram fundamentais para que eu não desistisse do curso.

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com deficiência, apesar de duas décadas de legislações que asseguram um processo gradual de efetivação do direito social de Educação de todos, ainda encontra importantes dificuldades para a sua efetivação. O despreparo para enfrentar esse desafio em atender as especificidades dos alunos com deficiência é um argumento bastante usado pelos professores. O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação docente a partir da grade curricular dos Cursos de licenciatura em Pedagogia de universidades públicas do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma análise que toma por base a perspectiva da inclusão escolar e, em vista disso, consideram-se apenas as disciplinas de caráter obrigatório, sendo para tal, analisadas as respectivas ementas curriculares. Constatou-se que os aspectos históricos e legais têm bastante ênfase, mas falta uma abordagem mais específica que propicie um conhecimento das características de cada deficiência de modo a oferecer subsídios para o futuro profissional da educação promover práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos sujeitos envolvidos. A mudança nos modos de representação dos sujeitos com deficiência e de seu desenvolvimento são fundamentais para que a formação na docência possa produzir um processo gradual de efetivação da política de inclusão escolar em nosso país.

Palavras-chave: Alunos com deficiência. Formação Docente. Inclusão escolar.

Abstract

The school inclusion of students with disabilities, despite two decades of legislation that ensures a gradual process of realization of the social right to Education for all, still encounters important difficulties for its effectiveness. The unpreparedness to face this challenge in attending the specificities of students with disabilities is an argument that is often used by teachers. The present work aims to analyze teacher training based on the curriculum of the Pedagogy Degree Courses at public universities from the state of Rio Grande do Sul. It is an analysis which is based on the perspective of school inclusion and, in view of this, only the mandatory subjects are considered, and for this purpose, the respective curriculum syllabuses are analyzed. It was found that the historical and legal aspects have a lot of emphasis, but there is a lack of a more specific approach, able to provide knowledge of the characteristics of each disability in order to offer subsidies for the future education professional to promote pedagogical practices that consider the specificities of the subjects involved. The change in the ways of representing people with disabilities and their development are fundamental, so that teaching training can produce a gradual process of putting into effect the school inclusion policy in our country.

Keywords: Disabled students. Teacher Training. School inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Universidades públicas do Rio Grande do Sul	24
Gráfico 1 - Número de disciplinas oferecidas.....	26
Gráfico 2 - Carga horária	26
Gráfico 3 - Semestres	27
Quadro 2 - Disciplinas que abordam a inclusão de alunos com deficiência.....	27
Quadro 3 - Ementas das disciplinas	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CH	Carga Horária
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
EAD	Ensino à Distância
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	15
3. INCLUSÃO ESCOLAR.....	19
4. FORMAÇÃO INICIAL.....	21
5. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	23
6. A FORMAÇÃO DOCENTE E A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR	25
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	39

1- INTRODUÇÃO

A definição do tema desta pesquisa já foi por si só um grande desafio. A única certeza que eu tinha era que gostaria de trabalhar com a temática da inclusão escolar. Enquanto estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade EAD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Polo Arroio dos Ratos, tenho me questionado sobre os desafios da prática docente considerando a inclusão escolar.

Como mãe de um menino com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), hoje com 15 anos — frequentando o nono ano do Ensino Fundamental, em uma escola da rede regular de ensino — me deparei desde os primeiros anos de sua inserção na escola, com a dificuldade dos professores entenderem as suas formas específicas de aprender. Este aspecto está relacionado ao modo como, a partir da prática pedagógica, princípios e perspectivas para a inclusão escolar, são mobilizados no desenvolvimento das potencialidades singulares dos alunos com deficiência. Enquanto família, cumpria o papel de apresentar meu filho ao professor, descrevendo suas características, em relação ao TEA, orientando quanto a forma de lidar com as dificuldades que ele pudesse apresentar. Percebi, nessa minha vivência, enquanto mãe, que a maioria dos professores não estavam preparados para a inclusão escolar de sujeitos com deficiência. O processo de inclusão escolar estava relacionado à boa vontade, interesse, afeto e esforço pessoal de alguns professores.

Assim, enquanto discente de um curso de Pedagogia, considerando que a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas da rede regular de ensino apresenta, entre outros aspectos, importante desafio aos docentes em seu movimento de estruturação da prática pedagógica, passei a tensionar de que forma o curso de licenciatura em pedagogia está nos preparando para a atuação docente em uma perspectiva de inclusão escolar. Que disciplinas abordam a temática? Que aspectos da inclusão escolar são contemplados na formação docente inicial?

Em vista de não focar apenas em minhas experiências pessoais, organizei essa pesquisa buscando ampliar a discussão relacionada à formação docente, contemplando o curso de Pedagogia ofertado em universidades públicas do Rio

Grande do Sul. Para tal, desenvolvi uma pesquisa de análise da grade curricular dos cursos de Licenciatura em Pedagogia de universidades públicas do Rio Grande do Sul.

Tenho ciência que a formação docente inicial é apenas um ponto de partida para a efetivação da prática pedagógica. Compreendo que o repertório pedagógico é constituído pelas vivências cotidianas, pelo exercício permanente de análise e de reflexão acerca da prática pedagógica e pela mobilização de um investimento na formação continuada. Investimentos que mobilizem a reflexão acerca do ofício de forma docente e da maneira pela qual esta prática contribui para uma transformação política e cultural dos atores e agentes sociais.

Em nosso país, a Lei n.º 9.394/96 (LDB) já previa o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino e determinava a capacitação de professores para tal. A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), ficou estabelecido que todos os estudantes devem ser matriculados nas escolas comuns. Em 2015 foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão, Lei n.º 13.146, que dedica um capítulo à questão da educação. Em um movimento político e legal que potencializa uma ressignificação da educação nacional, em vista da promoção da educação de todos, entendo que não seja mais possível naturalizar discursos e práticas de docentes que se manifestam despreparados para atender essa parcela dos educandos. Em mais de duas décadas, movimentos nacionais e internacionais marcam a deficiência enquanto condição humana inscrita em possibilidades e/ou limitações sociais mais amplas. Trata-se de uma ampliação de paradigma, pois não é apenas a inscrição no corpo do sujeito que pode limitar a sua inserção social, mas as barreiras e entraves estabelecidos pela sociedade e pelos espaços. Assim, o direito à educação, segundo instituído pela Lei Brasileira de Inclusão deve assegurar:

sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art. 27).

Para tal, estabelece-se enquanto “dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015, Parágrafo Único). Isso implica que o poder público assegure, crie, implemente, acompanhe e avalie, “pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015, Art. 28, Inciso IV). Além disso, é de responsabilidade do poder público, a “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2015, Art. 28, Inciso IX).

No que tange a docência, em vista da promoção da inclusão escolar, prevê-se a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (BRASIL, 2015, Art. 28, Inciso XI). Assim, em conformidade ao que estabelece a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de Maio de 2006 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - licenciatura, o egresso do curso deve estar apto a demonstrar consciência da diversidade respeitando as diferenças, entre elas, a necessidade especial.

A formação inicial deve estar inscrita em uma narrativa que prepare o docente para atuar em sala de aula de forma a abranger a diversidade de alunos. Isso implica contemplar o público-alvo da Educação Especial, ou seja, os sujeitos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, conforme definido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Aguiar e Gurgel ao atentarem para aquilo que a Política de inclusão escolar fomenta, destacam que “é preciso que a instituição de ensino, a academia trabalhem de forma conjunta formando os estudantes para trabalhar em um ambiente plural que possui diversidade e multiplicidade de saberes” (2014, p.6).

Sob este prisma, no presente trabalho parto do seguinte problema de pesquisa, **Como vem sendo efetivada a formação docente nos Cursos de**

Licenciatura em Pedagogia das universidades públicas estaduais e federais do Rio Grande do Sul a partir da política de inclusão escolar? Para responder ao problema de pesquisa, objetivei analisar a formação docente a partir da grade curricular dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia das universidades públicas do Rio Grande do Sul em vista da política de inclusão escolar. Este objetivo geral foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: 1) Descrever as disciplinas obrigatórias dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia que contemplam a temática de inclusão escolar; 2) Identificar as ementas, súmulas e/ou objetivos das disciplinas que tratam da temática; 3) Refletir sobre a formação docente inicial em uma perspectiva de inclusão escolar.

2- INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A inclusão escolar de alunos com deficiência, apesar da legislação estabelecer esse direito social a todos, ainda esbarra em dificuldades e desafios distintos para a sua efetivação. Um dos aspectos a serem considerados é a formação docente. Muitos professores se dizem despreparados para fazer frente a essa situação, afirmativas de não estar preparado, de não ter em sua formação subsídios necessários para compreender os desafios do desenvolvimento de alunos com deficiência, são alguns dos discursos que perpassam a docência. Essa ordem discursiva produz determinados efeitos no cotidiano da sala de aula, entre eles, destaca-se que, em determinadas circunstâncias os alunos com alguma deficiência não têm atendidas as suas necessidades de forma a alcançar o melhor desenvolvimento possível no processo de aprendizagem.

Com o desenvolvimento do presente trabalho pretendeu-se provocar a reflexão acerca dos desafios que a inclusão escolar estabelece para a prática docente. Além disso, pela análise da formação docente inicial em cursos de licenciatura em Pedagogia, buscou-se potencializar perspectivas e possibilidades produtivas no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, considerando-se para tal, o percurso formativo docente.

A política de inclusão escolar de alunos com deficiência na rede regular de ensino colocou o docente diante de novos desafios. Efetivar processos e práticas para a inclusão escolar de estudantes com deficiência, constitui-se um movimento complexo diante da diversidade de modos de aprendizagem, de desenvolvimento e de interação social. Nesse sentido, acompanho o pensamento de Mittler.

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais adequadas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. (MITTLER, 2003, p.16)

Dessa forma, entende-se que o corpo docente vem sendo convocado a investir em um processo formativo que respalde sua prática em vista da educação

de crianças com deficiência, estas que, durante muito tempo permaneceram excluídas das instituições escolares e do convívio social.

Portanto, ao considerar que, a prática pedagógica engloba conhecimento técnico, científico e é construída pelo diálogo permanente — a partir de um olhar singular para a diferença — torna-se necessário compreender que o percurso de formação inicial é apenas a base para que a docência seja construída em prol de uma política de inclusão escolar. A docência frente às dinâmicas plurais da escola passa a ser potencializada nas diferentes experiências pedagógicas e nas vivências da prática docente diante da complexidade dos desafios da aprendizagem.

Em consonância com esta perspectiva, Vygotsky contribui para o campo da educação de crianças com deficiência ao focar nas possibilidades de desenvolvimento desses sujeitos. Trata-se de um olhar atento à potencialidade do sujeito em detrimento das singulares limitações. O autor acredita que “todas as crianças podem aprender e se desenvolver [...] As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental” (VYGOTSKY, 1989 apud COSTA, 2006, p. 234).

Tanto Mittler quanto Vygotsky nos levam a pensar na importância da prática docente no processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência. Assim, em vista de efetivar este processo educacional, tanto a adequação das escolas em sua estrutura física e em seus princípios político-institucionais, quanto a perspectiva formativa dos docentes implica um processo amplo de estruturação cultural das práticas operadas na educação. Assim, ao professor “cabe a função de organizar, selecionar, planejar e propor situações de aprendizagem, as quais instiguem a interlocução e a partilha de experiências e conhecimentos” (BRABO, 2013, p.54). Nesse sentido, é importante que a formação docente contemple aspectos que mobilizem outros olhares para a singularidade das especificidades de desenvolvimento e de aprendizagem de sujeitos específicos. Certamente este não é um movimento simples, muito pelo contrário, constitui-se em uma prática que afirma reiteradamente a potência humana, a partir da singularidade de interação e de aprendizagem. Um movimento que não compara níveis de desenvolvimento, que

não avalia a partir de critérios previamente estabelecidos e que não representa a deficiência enquanto incapacidade.

Assim, é fato que a formação docente não se faz só na universidade, visto que se aprimora no fazer pedagógico, na experiência de sala de aula. A formação ofertada pelos cursos de licenciatura em Pedagogia, que efetivam a formação para atuação na Educação Infantil e nos Anos iniciais precisa contemplar em seus currículos, disciplinas que abordem distintos aspectos acerca da inclusão escolar, desde a diversidade e amplitude de possibilidades de aprendizagem, interação e desenvolvimento, até as questões que englobam especificidades e limitações da deficiência.

Daí a importância de conceituar e entender a inclusão escolar, não somente pelo aspecto legal, mas pelo investimento de autores que pesquisam esta temática. Na perspectiva de Mantoan (2003, p.16) “a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino”. Nessa linha, a inclusão escolar está implicada com a mudança na organização e proposição da prática docente, na estrutura escolar, no organograma curricular, no diagrama avaliativo, na organização das disciplinas, entre outras.

Sob este crivo, interessa a este trabalho de pesquisa, mais especificamente, a abordagem da inclusão na formação dos professores nos cursos de licenciatura em Pedagogia. O estudo proposto contempla uma análise documental, com enfoque no estudo da estruturação curricular, considerando as disciplinas relacionadas à temática da educação de sujeitos com deficiência. Estabeleceu-se assim, um diálogo com o que é determinado pela legislação em vista da promoção da inclusão escolar e o que os cursos de licenciatura em Pedagogia propõem enquanto organograma curricular de formação docente. Nesse viés, não se trata de desenvolver um estudo que ordene determinados cursos em detrimento de outros, ou ainda, que proceda a julgamentos de ordem pejorativa. Muito pelo contrário, trata-se de pensar, analisar e problematizar determinadas ênfases na formação docente, a partir de uma política educacional que institui a inclusão escolar de todos.

Conforme estabelecido pela LDB, em seu artigo 59, inciso III, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação professores com especialização adequada em nível médio ou superior. Esta formação contempla inclusive o Atendimento Educacional Especializado, que deve ser promovido no contraturno escolar. Além disso, prevê-se professores do ensino regular capacitados para a integração dos sujeitos com deficiência nas classes comuns. Em vista do ordenamento legal, garante-se ao estudante com deficiência, o direito de ser atendido por professores com determinada formação em vista de promover a inclusão escolar. Isso, em certa medida, é subscrito na formação inicial em vista das questões que atravessam discussões, ações de extensão e de pesquisa.

Colocado isso, passo na sequência a tratar das questões que englobam a formação docente em uma perspectiva de inclusão escolar.

3.Inclusão Escolar

A Declaração de Salamanca, (ONU,1994) é considerada um marco na educação inclusiva, tendo reafirmado o compromisso com a Educação para Todos e reconhecido a necessidade de inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Também proclamou o direito de todas as crianças à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, respeitando suas necessidades que são únicas, com acesso à escola regular dentro de uma pedagogia centrada na criança. Congregou os governos, entre outros esforços, a garantir programas de treinamento de professores também durante sua formação que incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III estabelece que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, também apresenta um capítulo dedicado ao Direito à Educação.

Constata-se que não falta legislação pertinente ao tema da inclusão. O que ainda se torna uma lacuna na lógica da inclusão escolar, decorrida mais de uma década da publicação de documentos orientadores, é a efetivação dos direitos legais instituídos no regime jurídico de nosso país. Para se efetivar a inclusão não basta que o aluno com deficiência passe a frequentar a escola regular. É preciso que ele tenha suas necessidades entendidas e atendidas em suas especificidades. Ele precisa se sentir pertencente ao ambiente escolar em que está inserido. São necessárias mudanças a nível de ambiente, de avaliação, de forma de ensinar, de modelo educacional. Isso implica compreender que se, a escola passa a receber em seu contexto alunos com especificidades distintas, ela também é convocada a reconduzir suas práticas, além de repensar culturalmente as concepções sobre o desenvolvimento de alunos que apresentam condições diferentes.

Nisso, práticas podem reafirmar processos de discriminação desses sujeitos, o que pode tornar a escola mais excludente. Se a intenção é a efetivação da inclusão torna-se urgente ressignificar estereótipos, rótulos, respeitando a singularidade dos sujeitos escolares, no sentido de que todos os alunos aprendem de forma diferente. Para isso, o parâmetro de avaliação de desenvolvimento parte da singularidade da diferença e não da comparação entre sujeitos com e sem deficiência. Outro aspecto encontra-se na proposta de uma escola em que a perspectiva política de cooperação substitui a competição, possibilitando com isso que, as potencialidades singulares sejam promovidas.

Nessa direção Gusmão também destaca o desafio que cada aluno representa para o professor.

O aluno diante do professor não é somente aluno, é também o enigma que nos desafia e desafia nosso conhecimento. Assume-se, assim, que não sabemos tudo, que não detemos todo o conhecimento disponível sobre a realidade e as coisas. Por este caminho, desloca-se o olhar e sua centralidade, para descobrir a alteridade e compreender o que cada um tem a dizer sobre si mesmo. Isto exige uma abertura para pensar o que somos e o que não somos, reconhecer o mundo do outro no nosso mundo, a vida do outro como parte da nossa vida e estabelecer pontes, abrir portas, para que o trânsito no espaço comum seja solidário e democrático. Vale dizer, sem transformar o outro num igual sem face, mas admitir sua igualdade - de direitos, de cidadania ou o que mais seja -, preservando-lhe a diferença. (Gusmão, 2000 p. 25)

Assim, em muitos espaços escolares a responsabilidade sobre o não aprendizado recai apenas sobre o aluno que avaliado, sendo este, em alguns processos reprovado para que possa igualar-se aos demais. Por outro lado, ainda carecem de estudos que mobilizem outras possibilidades de condução pedagógica pelo docente, que ressignifiquem a estrutura curricular e que possam mediar uma outra inscrição do aluno com deficiência no organograma da maquinaria escolar. Isto posto entende-se que a inclusão passa por uma mudança significativa e efetiva na forma do professor entender seu papel nesse processo e de se dispor a empreender os movimentos necessários para efetivá-la, resultando em práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, levando a formação de cidadãos que respeitem às diferenças. Isso obviamente passa pela formação.

4 - FORMAÇÃO INICIAL

Pensar em formação inicial passa por entender o que se espera da atuação do professor, que habilidades são necessárias para a prática pedagógica e que resultados são esperados dessa prática. A formação inicial implica em um processo de formação que prepara o licenciando para o exercício da docência. A realidade da sala de aula apresenta uma diversidade que envolve não só o aluno com deficiência, objeto desse estudo, mas uma gama imensa de sujeitos com suas individualidades. Na prática docente é depositada a responsabilidade pela promoção de conhecimentos e saberes necessários aos indivíduos em sua inserção social, política, cultural e no mercado de trabalho.

Sob este enfoque, segundo Mantoan (2003, p.24), “todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”. Desde a Declaração de Salamanca já era demandada a garantia de formação docente para a inclusão. A LDB em seu artigo 59, inciso III estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Mas o que seria essa especialização adequada? Que aspectos deveriam ser abordados nas disciplinas que compreendem a formação inicial do docente para que este ao se deparar em sala de aula com um aluno com determinada deficiência, possa se sentir mais seguro para enfrentar esse desafio? Que aspectos pedagógicos o licenciando precisaria trabalhar e desenvolver em sua formação para contemplar a vasta gama de desafios que a inclusão escolar impõe?

Os cursos de formação são regulamentados e têm diretrizes curriculares definidas conforme resoluções do CNE/MEC. Na resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, estão definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Em seu artigo 5º, inciso X diz que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de

gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.

O parágrafo 2º do artigo 14 da Resolução CNE/CP nº 2/2015 determina que os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019 em seu artigo 12, parágrafo único, inciso V determina que a temática da educação especial, seus marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos, propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais seja tratada no Grupo I. Cabe ressaltar que a maioria dos cursos ainda não está adequada a essa resolução. Dos cursos analisados, apenas no PCC da licenciatura em pedagogia da UERGS consta a resolução CNE/CP nº 02/2019. Assim, ao olhar para aquilo que é estabelecido na legislação que sustenta a formação docente, verifico um importante desdobramento nas questões que marcam a singularidade de formas de vida e de aprendizagem. Sob este enfoque é que organizei o seguinte problema de pesquisa: **como vem sendo efetivada a formação docente nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia das universidades públicas do Rio Grande do Sul a partir da política de inclusão escolar?** Para responder ao problema de pesquisa, analisei a formação docente a partir da grade curricular dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia das universidades públicas do Rio Grande do Sul em vista da política de inclusão escolar. Este objetivo geral é desdobrado em três objetivos específicos, que desenvolvo no capítulo seis.

5 - Aspectos Metodológicos

No presente estudo foi desenvolvida uma pesquisa de inspiração bibliográfica e documental como instrumentos para a coleta de dados, visando a produção do material de análise do trabalho. A análise bibliográfica do material publicado sobre o tema possibilitou conhecer o referencial teórico que embasou a pesquisa em conjunto com a análise dos currículos dos cursos de pedagogia das universidades públicas do Rio Grande do Sul.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Dessa forma a pesquisa foi documental, entendendo-se o currículo como documento. Para a coleta de dados, no que tange aos currículos, foi utilizada a busca em sites das universidades, UNIPAMPA, IFRS, UERGS, UFPEL, UFSM, FURG e UFRGS identificando a partir da grade curricular, as disciplinas de caráter obrigatório que abordam temas relacionados à inclusão escolar.

A presente pesquisa buscou informações que permitissem compreender e analisar como a inclusão escolar é abordada em distintas disciplinas que contemplam o percurso formativo de licenciatura em Pedagogia. A escolha partiu da temática definida: a formação pedagógica dos docentes para atuação na educação em uma perspectiva de inclusão escolar. Como a pesquisa foi desenvolvida a partir da análise curricular dos Cursos de Pedagogia nas universidades públicas do Rio Grande do Sul, fez-se uso da consulta nos sítios eletrônicos das universidades. Os endereços eletrônicos oferecem muitas possibilidades de materiais a serem consultados como artigos, literatura, documentos. No entanto, é preciso observar a procedência do material/sítio para verificar se a informação tem caráter científico.

A pesquisa bibliográfica mostrou-se adequada para localizar referências teóricas a respeito do tema que permitiram conhecer um pouco mais sobre o que já foi estudado acerca da política de inclusão escolar em nosso país. Nesse sentido foi realizado um levantamento de literatura e legislação pertinentes ao tema. Outro

aspecto, considerando-se os prazos de execução da pesquisa, destaca-se que a pesquisa bibliográfica não requer a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 32).

Através da ferramenta de busca no portal do MEC, foram buscadas as instituições públicas municipais, estaduais e federais do Rio Grande do Sul que oferecem cursos de Licenciatura em Pedagogia nas modalidades presencial e EAD. Foram identificadas seis instituições federais e uma estadual, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Universidades Públicas do Rio Grande do Sul

Instituição	Sigla		Modalidade
Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Jaguarão UAB -7 Polos	Presencial EAD
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	Alvorada Bento Gonçalves, Farroupilha - Noturno Vacaria - Noturno	Misto Presencial Presencial Presencial
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	Alegrete Bagé Cruz Alta Osório Porto Alegre São Francisco de Paula São Luis Gonzaga	Presencial Presencial Presencial Presencial Presencial Presencial
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	Pelotas - Diurno Pelotas - Noturno	Presencial Presencial
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	26 Polos Santa Maria - Diurno Santa Maria - Noturno	EAD Presencial Presencial
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	5 Polos Rio Grande - Matutino Rio Grande - Noturno	EAD Presencial Presencial
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	15 polos 04 polos Porto Alegre	EAD EAD Presencial

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

6. A FORMAÇÃO DOCENTE E A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

O presente estudo compreende uma pesquisa acerca da formação docente em uma perspectiva política de inclusão escolar. Em vista disso, inicialmente passei a verificar, nas universidades públicas do estado do Rio Grande do Sul, aquelas que têm o curso de Pedagogia como área de formação. Após, realizei uma sistematização das universidades com este curso para assim, verificar e analisar a sua grade curricular. Das Universidades públicas do Rio Grande do Sul, as seguintes contam com o curso de licenciatura em Pedagogia:

- Fundação Universidade Federal do Pampa
- Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
- Universidade Federal de Pelotas
- Universidade federal de Santa Maria
- Universidade Federal do Rio Grande
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

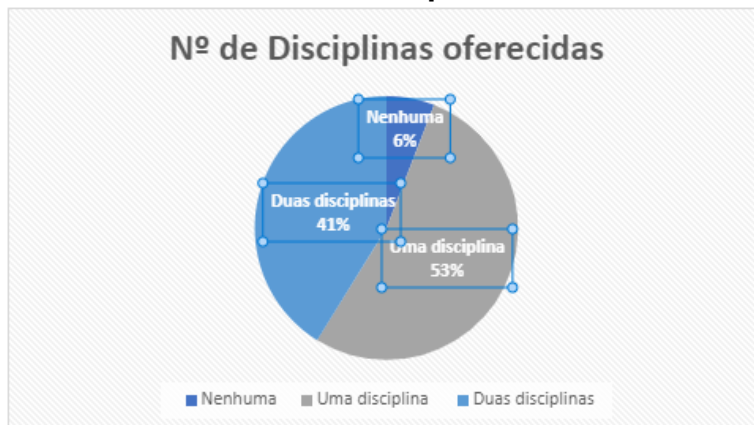
A grade curricular dos cursos foi acessada através do Projeto Pedagógico dos cursos disponibilizado nos sítios das universidades. Tendo acessado a grade curricular dos cursos, a partir da denominação das disciplinas, selecionei as que tinham relação com o tema inclusão, especificamente com alunos com deficiência. A partir dessa seleção passei à leitura e análise das ementas.

Ao Investigar os currículos das licenciaturas em Pedagogia das universidades selecionadas foram identificadas disciplinas de caráter obrigatório da formação inicial que abordam a inclusão escolar de alunos com deficiência. A língua brasileira de sinais (Libras) é encontrada em todos os cursos, em decorrência da Lei de Libras (Lei Federal nº 10.436/2002) regulamentada pelo Decreto N.º 5.626/2005 que estabelece a sua obrigatoriedade como componente curricular nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia. O curso de Pedagogia do IFRS-Farroupilha, da FURG, e o noturno da UFSM oferecem Libras I e II como disciplinas obrigatórias.

Para a presente pesquisa foram consideradas apenas as 23 disciplinas que dialogam com a questão da inclusão escolar de alunos com deficiência na escola regular. Dessa forma não foram consideradas as disciplinas que abordam mais

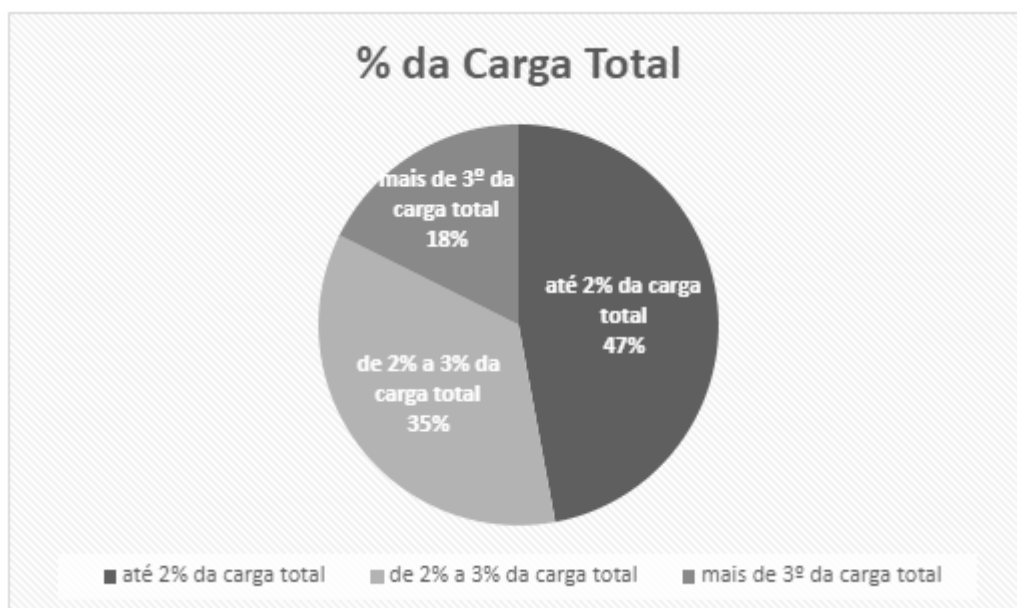
genericamente a questão da diversidade e direitos humanos. Das universidades, cujos cursos foram objeto desse estudo, apenas o curso de Pedagogia do IFRS-Bento Gonçalves não oferece nenhuma disciplina obrigatória nessa linha. As demais oferecem de uma a duas, com carga horária que varia entre 60 a 120 horas. A legislação estabelece que as licenciaturas em pedagogia devem cumprir uma carga horária total mínima de 3200 horas.

Gráfico 1 - Número de disciplinas oferecidas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

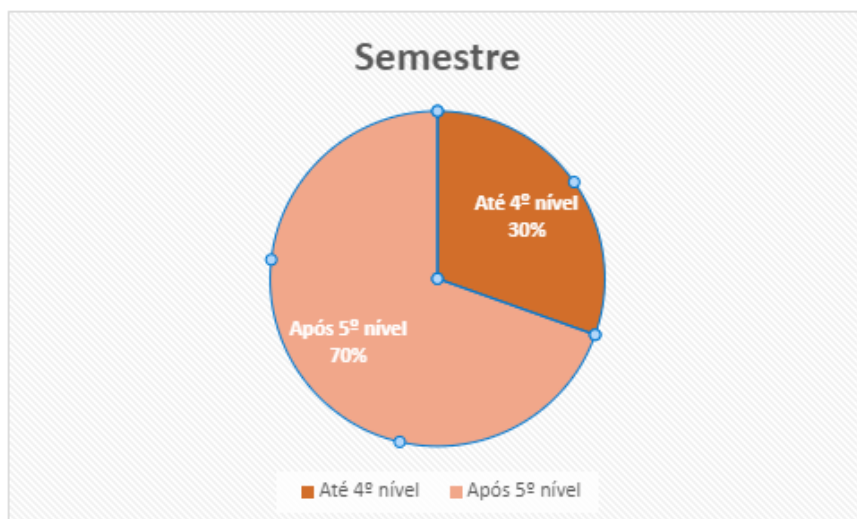
Gráfico 2 - Carga Horária



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em 50% dos 16 cursos analisados, as disciplinas são oferecidas, a partir do quarto semestre. A UFSM em seus cursos presenciais oferece as disciplinas da área de inclusão no segundo e terceiro semestres e na modalidade EAD no primeiro e quarto semestres. A UFRGS, na modalidade presencial, divide as duas disciplinas entre o segundo e o quarto semestres.

Gráfico 3 - Semestre



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observa-se que na denominação das disciplinas a expressão educação inclusiva é a mais recorrente, seguida de educação especial, educação, inclusão e especial enquanto termos mais recorrentes. Isso pode ser melhor compreendido a partir da visualização do quadro que segue:

Quadro 2 - Disciplinas que abordam a inclusão de alunos com deficiência

UNIPAMPA - Presencial

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Especial e Inclusão-EAD	4º	60	3220

UNIPAMPA -EAD

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Inclusiva	4º	60	3340

IFRS - Alvorada

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Inclusiva, Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares	7º	40	3216

IFRS - Bento Gonçalves

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Não há disciplinas obrigatórias...			3410

IFRF - Farroupilha

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Inclusiva	3º	80	3240

IFRS - Vacaria

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Inclusiva	5º	80	3207

UERGS

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Processos Educacionais Inclusivos nos Sistemas de Ensino	4º	60	3540

UFPEL - Diurno

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Inclusiva I	4º	45	3345
Educação Inclusiva II	5º	30	

UFPEL - Noturno

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Inclusiva I	4º	45	3345
Educação Inclusiva II	5º	30	

UFSM-Diurno

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Fundamentos da Educação Especial	2º	60	3230
Educação Especial e Processo de Inclusão- A	3º	60	

UFSM - Noturno

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Fundamentos da Educação Especial - A	2º	60	
Educação Especial e Processos de Inclusão -A	3º	60	3245

UFSM - EAD

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Especial Fundamentos - EAD	1º	30	
Educação Especial: Processo de Inclusão -EAD	4º	30	3225

FURG -EAD

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Inclusiva	6º	60	3345

FURG - PRESENCIAL

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação, Ambiente, culturas e diferenças	3º	60	
Psicologia da Educação Especial	7º	60	3350

UFRGS-EAD - Litoral Norte

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação Especial e Inclusão	6º	60	3225

UFRGS- EAD - Escolas Públicas

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais-A	6º	75	3480

UFRGS - Porto Alegre - Presencial+

Disciplinas	Semestre	CH	CH Curso
Educação e Inclusão -A	2º	45	
Educação Especial, Docência e Processos Inclusivos	4º	30	3375

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Analisando as ementas das disciplinas, visualizadas no quadro 3, observa-se como traço comum a abordagem dos marcos legais, históricos e das políticas de inclusão no sentido de oferecer uma visão mais ampla e teórica dos aspectos que marcam processos e práticas na educação de alunos com deficiência, atendendo o que prevê o artigo 12, parágrafo único, inciso V da Resolução CNE/CP 02/2019. Essa abordagem possibilita a formação de docentes conhecedores dos fundamentos legais, históricos e políticos da inclusão e sua importância.

Além disso, as discussões produzidas partem de leituras de publicações de 1984 até 2014 e da legislação pertinente ao tema. Os autores mais referenciados nas bibliografias básicas e complementares são Carvalho (2007 e 2010), Beyer, (2005 e 2013) Januzzi (2004 e 2012), Lopes (2007 e 2013), Stainback (1999), Marquazan (2009), Pessotti (1984) e Mender (2014).

Quadro 3 - EMENTAS DAS DISCIPLINAS

UNIPAMPA

Educação Especial e Inclusão -EAD

Estudo dos aspectos ético-político-educacionais referentes à temática da educação especial, que se direciona para uma educação inclusiva, propiciando uma visão ampla sobre os processos de implementação da educação inclusiva no cotidiano da escola de educação básica. Modalidades de atendimento da educação especial na educação básica, bem como as áreas de necessidades educativas especiais. Concepções de aprendizagem no contexto da educação especial e inclusiva abordando a temática dos Direitos Humanos. Discute a dinâmica da inclusão no cotidiano da sala de aula, a docência, os alunos e a perspectiva histórico-cultural no contexto do tema em questão.

Educação Inclusiva

Componente curricular propõe o estudo dos aspectos ético-político-educacionais referentes à temática da educação especial, que se direciona para uma educação inclusiva e a acessibilidade propiciando uma visão ampla sobre os processos de implementação da educação inclusiva no cotidiano da escola de educação básica.

IFRS - Alvorada

Educação Inclusiva, Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares

A política educacional e a formação docente na perspectiva da diversidade humana. Os fatores imprescindíveis à inclusão educacional. As principais dificuldades de aprendizagem. As possibilidades de recursos teóricos e didático-metodológicos para a prática inclusiva na rede regular de ensino, na sociedade em geral e no mundo virtual.

IFRS- Farroupilha

Educação Inclusiva

Educação Especial e Educação Inclusiva: encontros e desencontros. Marcos sociais, legais e culturais da educação inclusiva no Brasil. Quem é o público-alvo da Educação Inclusiva e da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. LBI – Lei Brasileira de Inclusão de 2015. As garantias legais do direito à educação inclusiva das pessoas com deficiência. A Inclusão escolar na educação infantil e nos anos iniciais. Estratégias pedagógicas com vistas à inclusão.

IFRS - Vacaria

Educação Inclusiva

Princípios da educação inclusiva: Igualdade de oportunidades, diversidade e participação. Educação especial: evolução histórica e delimitação conceitual para a terminologia das necessidades educacionais especiais. Necessidades Educacionais Especiais - permanentes e transitórias. A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Tópicos sobre transtornos de aprendizagem. As possibilidades didático-metodológicos para a prática inclusiva. Inclusão e acessibilidade nos espaços educacionais. Acesso, permanência, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação.

UERGS

Processos Educacionais Inclusivos nos Sistemas de Ensino

Problemática a partir da contextualização histórica da Educação Especial/Inclusiva e dos processos inclusivos; A relação da docência com o Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/ superdotação (AH/SD), bem como com os demais serviços de apoio indispensáveis para o processo inclusivo; Acessibilidade arquitetônica, de recursos materiais e pedagógicos.

UFPEL

Educação Inclusiva I

Fundamentos da Educação Especial. Significados da normalidade e discursos que produzem o outro e o mesmo na Educação. Aspectos conceituais, históricos e legais da Educação Inclusiva e suas implicações nas práticas educacionais nos espaços escolares. Direitos humanos e suas influências para os direitos das pessoas com deficiências e para a constituição das Políticas de Educação Inclusiva e documentos legais (nacionais e internacionais).

Educação Inclusiva II

Recomendações e proposições da Política de Educação Inclusiva e suas implicações nas práticas educacionais nos espaços escolares. Práticas pedagógicas pensadas e organizadas a partir da diferença, com ênfase nas necessidades educacionais especiais do público-alvo da educação especial. Adaptação curricular e as possibilidades de uma pedagogia da diferença.

UFSM

Fundamentos da Educação Especial

Compreender a produção dos fundamentos históricos e antropológicos do campo da Educação Especial, e as políticas públicas e marcos regulatórios da Educação Especial. Ter conhecimento sobre os sujeitos da aprendizagem e as práticas educativas nos processos de escolarização nos contextos da inclusão escolar.

Educação Especial e Processo de Inclusão A

Compreender os aspectos referentes à escola comum na perspectiva inclusiva, a articulação entre o atendimento educacional especializado e a classe comum e a organização escolar na proposta da educação inclusiva.

UFSM - EAD

Educação Especial: Fundamentos -EAD

Compreender os fundamentos da educação especial no mundo e no Brasil.

Educação Especial: Processo de Inclusão -EAD

Ter conhecimentos básicos referentes a escola inclusiva e a sua organização.

FURG-EAD

Educação Inclusiva

Pressupostos teóricos acerca da Educação Especial/Inclusiva. Diferença e diversidade. A constituição da normalidade e da anormalidade como construções históricas: conceituação, classificação e proliferação dos discursos científicos. Constituição histórica do campo da Educação Especial/inclusiva. Políticas públicas em educação inclusiva e marcos legais. Os sujeitos da Educação Especial – às necessidades educacionais especiais e as condições pedagógicas, sociais e culturais na organização do espaço educativo. O currículo na/para diferença. Adaptações curriculares. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Docência na/ para diferença. Práticas inclusivas na escola contemporânea, possibilidades e desafios.

FURG - Presencial

Educação, Ambiente, Culturas e Diferenças

Relação entre educação e culturas. A incorporação da dimensão ambiental e cultural no currículo escolar e em espaços não formais. Problemática das ações pedagógicas a partir de estudos sobre meio ambiente, gênero, relações étnicorraciais, direitos humanos, inclusão e diferença.

Psicologia da Educação Especial

Análise da relação entre barreiras de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas. Antropologia e etiologia da educação especial; modos de conceituação, classificação, prevenção da diversidade das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas; diagnóstico multidisciplinar e os distintos aspectos de intervenção junto aos sujeitos e suas famílias; educação, profissionalização e integração social; intervenção pedagógica: identificação, encaminhamento, qualificação, acolhimento, acessibilidade, adaptações curriculares, avaliação diferenciada, mediador entre aluno e tratamento; papel da psicopedagogia e das professoras do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais; políticas públicas em educação e educação inclusiva.

UFRGS

Educação Especial e Inclusão

Estudo teórico metodológico da Educação Especial e Inclusiva no contexto histórico nacional e internacional, dando ênfase ao aspecto conceitual, legal, sociológico e psicopedagógico.

Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - A

Breve análise histórica da educação especial. A LDBEN 1996 e a inclusão dos alunos com necessidades educacionais no ensino regular. Avanços na legislação brasileira e as dificuldades estruturais no contexto do ensino no país. Conceitos e princípios pedagógicos da educação inclusiva: principais conceitos; a identificação do aluno com necessidades especiais; o processo de ensino-aprendizagem com alunos com necessidades especiais; as adaptações curriculares de pequeno e grande porte; avaliação, progressão e terminalidade escolar; a inserção no trabalho.

Educação e Inclusão -A

Análise histórica, legislação e políticas educacionais da educação especial no cenário internacional e nacional. Cultura e representação de/sobre os sujeitos da educação especial. Inclusão e acessibilidade nos espaços educacionais. Acesso, permanência, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação. Inclui atividades práticas voltadas à formação de professores

Educação Especial, Docência e Processos Inclusivos

Análise da prática pedagógica no contexto da educação especial/inclusão escolar: identificação do público-alvo - sujeitos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; currículo e processos avaliativos; docência compartilhada e o trabalho produzindo redes; o atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum. Inclui atividades práticas voltadas à formação de professores.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A disciplina Psicologia em Educação Especial do curso presencial da FURG aprofunda um pouco mais o tema abrangendo aspectos como diagnóstico multidisciplinar, intervenção pedagógica, papel da psicopedagogia distribuídos em uma carga horária de 60 horas. A disciplina Educação Inclusiva da modalidade EAD da FURG em sua ementa aborda a questão dos sujeitos da Educação Especial, o currículo na/para diferença, adaptações curriculares, docência na/para diferença em 60 horas no sexto semestre.

No IFRS-Alvorada a ementa da disciplina Educação Inclusiva, Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares com carga horária de 40 horas, no sétimo semestre do curso, prevê a abordagem das dificuldades de aprendizagem, das possibilidades de recursos teóricos e didático-metodológicos para a prática inclusiva na rede regular de ensino.

A ementa da disciplina Educação Inclusiva, do IFRS-Farroupilha, além dos marcos legais e das políticas, aborda público-alvo e estratégias pedagógicas. No IFRS-Vacaria a disciplina Educação Inclusiva aborda a delimitação conceitual para a terminologia das necessidades educacionais especiais, Necessidades Educacionais Especiais - permanentes e transitórias, tópicos sobre transtornos de aprendizagem, possibilidades didático-metodológicas, em uma carga horária de 80 horas, no terceiro semestre do curso. As disciplinas relacionadas à inclusão nos Institutos Federais têm muitos elementos em comum nas suas ementas.

A Resolução CNE/CP nº 02/2015 em seu artigo 13, parágrafo segundo diz que os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O parágrafo terceiro do referido artigo prevê que seja garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

Na UFRGS, na modalidade presencial, a disciplina Educação Especial, docência e processos inclusivos, com carga horária de 45 horas, oferecida no

segundo semestre do curso, conforme consta na ementa, faz uma análise da prática pedagógica no contexto da educação especial/inclusão escolar: identificação do público-alvo - sujeitos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; currículo e processos avaliativos; docência compartilhada e o trabalho produzindo redes; o atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum. Inclui atividades práticas voltadas à formação de professores.

Na UERGS, a disciplina Processos Educacionais Inclusivos nos Sistemas de Ensino, a ementa aborda a relação da docência com o Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/ superdotação (AH/SD), bem como com os demais serviços de apoio indispensáveis para o processo inclusivo. Chama a atenção a menção ao transtorno do espectro autista.

A UFPEL oferece as disciplinas Educação Inclusiva I e Educação Inclusiva II, abordando na primeira os aspectos conceituais, legais e históricos e suas implicações nas práticas educacionais nos aspectos escolares. Na segunda foca nas práticas pedagógicas abordando as recomendações e proposições da Política de Educação Inclusiva e suas implicações nas práticas pedagógicas dos espaços escolares. Práticas pedagógicas pensadas e organizadas a partir da diferença, com ênfase nas necessidades educacionais especiais do público-alvo da educação especial em vista de contemplar as possibilidades de uma pedagogia da diferença.

Nas ementas não verifica-se nenhuma abordagem específica quanto às peculiaridades dos sujeitos escolares. Assim,

fica patente o despreparo dos educadores em geral quanto ao conhecimento sobre as peculiaridades de um determinado tipo de deficiência/incapacidade, e este é um aspecto que se destaca nesta trama, principalmente pela ausência de uma política de formação continuada capaz de promover o desenvolvimento profissional dos professores, [...] uma vez que não tiveram em sua formação inicial um eixo capacitador para a educação na perspectiva da diversidade (FERREIRA, 2007, p.38).

É provável que muitas questões permaneçam enquanto desafios na efetivação de uma política educacional inclusiva, mas de todas, o investimento em uma formação que viabilize um olhar ressignificado para a diferença, parece cada vez mais urgente. Em nosso presente, a singularidade constitui-se enquanto potência de vida e de interação social, a partir de uma perspectiva política e cultural

da deficiência. Trata-se de um desafio necessário em vista da educação para a diferença.

7.Considerações Finais

A formação inicial fornece bastante subsídios quanto a políticas, legislação e história da inclusão, levando mais para uma fundamentação teórica. Nesse viés, o licenciando pode considerar-se preparado e abastecido de conhecimentos e informações. Conhecer os direitos, as teorias, os fundamentos pertinentes à educação inclusiva é fundamental,mas tratando-se do aluno com deficiência faltam informações básicas sobre características e funcionalidades. Já é bastante comum nas escolas regulares a presença de alunos com deficiência. Deveria ser também comum que os professores tivessem pelo menos conhecimento básico das características e adaptações relativas às deficiências.

Cada aluno é único, independente de ser neurotípico ou não. Uma criança com deficiência é diferente em necessidades de outra criança com a mesma deficiência, porque existem graus diferentes, funcionalidades diferentes. Nos currículos das licenciaturas em pedagogia não foram encontradas disciplinas obrigatórias que abordassem de forma ainda que superficial as diversas deficiências. Contemplar disciplinas mais específicas de caráter obrigatório possivelmente implicaria em um aumento de carga horária, mas enriqueceria muito e qualificaria a formação inicial.

Seria importante também que as disciplinas de inclusão, que já são poucas, fossem ofertadas na grade curricular nos semestres iniciais do curso, para que provocasse uma reflexão e uma mudança de atitude do licenciando e impactasse o seu desempenho durante o desenvolvimento do curso.

A pesquisa me fez refletir sobre as expectativas em relação ao curso, entre o que esperamos e o que a licenciatura deve oferecer. Talvez seja necessário rever essas expectativas e até o conceito de inclusão. Ao afirmarmos que não estamos preparados para enfrentar o desafio da inclusão precisamos refletir se, na verdade, a nossa expectativa em relação à formação inicial não está equivocada. Qual a nossa postura enquanto alunos, de que forma estamos nos preparando no curso? Esperar que o curso nos ofereça respostas prontas pode ser o principal equívoco. A formação inicial constitui um espaço de estudos e discussões acerca dos desafios que a educação nos propicia. Assim compreendo que a formação é um importante espaço onde podem ser produzidas algumas das ferramentas que possibilitem-nos planejar, preparar para o exercício docente de forma a contemplar a diversidade.

É fato que falta embasamento teórico para identificar e caracterizar as deficiências, mas é preciso refletir o quanto essa caracterização pode levar à classificação desses sujeitos enquadrando-os no diagnóstico. Penso que esse suporte deveria ser dado pelos profissionais da Sala de AEE ainda que essa nem sempre seja uma opção, visto que muitas escolas ainda não têm sala de AEE com profissionais preparados e nem monitores para auxiliar. Apesar disso, é fundamental que esse diálogo seja estimulado nos cursos de formação.

Enquanto licenciando de pedagogia e, mesmo depois de formado, é preciso investir em pesquisa. A pesquisa é um importante instrumento de formação que demanda tempo e dedicação. A realidade da educação no Brasil em que o professor, muitas vezes, precisa lecionar em mais de uma escola para dar conta de suas necessidades econômicas, não deixa tempo para esse investimento em pesquisa que é fundamental para a formação.

Para além das disciplinas específicas relacionadas diretamente ao tema inclusão, mais especificamente do aluno com deficiência, deve haver uma transversalidade, de maneira que todas as disciplinas do curso contemplem de alguma forma as questões da inclusão. Ao preparar um plano de aula o licenciando já deveria contemplar essa questão. A realidade é que não se pratica isso durante o curso. Eu mesma, com minha experiência pessoal como mãe de um menino autista, me questiono: quantas vezes ao preparar uma atividade pensei na possibilidade de um aluno com deficiência, qualquer que fosse essa deficiência? É evidente a necessidade de uma mudança de mentalidade do futuro pedagogo. Não podemos pensar no aluno com deficiência apenas ao encontrá-lo na sala de aula e esperar que exista uma fórmula pronta e mágica para atendê-lo. É preciso pensar a diversidade como o dia-a-dia, preparando uma aula que contemple a todos.

É inquestionável a necessidade de conhecer mais sobre as deficiências, sobre as formas de atender as especificidades do aluno com deficiência, mas é também fundamental que durante a formação inicial o licenciando em pedagogia seja mais instigado a ampliar os horizontes, em todas as disciplinas. Há muitas nuances a se levar em conta sob o aspecto da inclusão, mas é preciso começar mudando o olhar, o pensamento, redefinindo conceitos. O embasamento teórico oferecido no curso precisa provocar no futuro pedagogo uma mudança de mentalidade, desafiá-lo a, quem sabe, até criar suas próprias teorias. E isso requer pesquisa que depende de tempo, dedicação e interesse. Precisa haver mais

debates e troca de experiências também. A mudança de representação dos alunos com deficiência e mesmo sobre a inclusão passa por uma cultura também docente, visibilizando a forma como cada docente ministra a sua disciplina e ampliando a discussão sobre o tema de forma a torná-lo mais presente nas demais disciplinas.

Mudar a realidade da inclusão envolve a participação dos futuros pedagogos, das universidades, dos professores e da comunidade escolar. A formação inicial precisa de melhorias, principalmente no aprofundamento do tema inclusão e de uma abordagem mais prática, mas o estudante também precisa mudar as suas expectativas, o seu olhar.

Esse TCC foi um desafio muito grande para mim enquanto aluna oriunda do Encceja, do EJA. Nunca tinha enfrentado uma pesquisa desse porte antes. Minha primeira experiência com pesquisa foi na Universidade. O grande aprendizado para mim, a conclusão mais importante é que a pesquisa é fundamental e precisa fazer parte da rotina do professor. A formação inicial nos oferece a base a partir da qual vamos construir nosso caminho como educadores aprendizes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira e GURGEL, Iure Coutre. Formação docente e inclusão educacional: (re)construindo práticas pedagógicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (CINTEDI). **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8805> . Acesso em: 15/10/2022

BRABO, G. **Formação docente inicial e o ensino ao aluno com deficiência em classe comum na perspectiva da educação inclusiva**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72692> . Acesso em: 03.05.2022

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acessado em: 10.06.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acessado em: 10.06.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema e-MEC. Página inicial do site do **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acessado em: 14.06.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acessado em: 14.06.2022.

BRASIL; Ministério da Educação e Cultura; Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1/2006, de 15 de maio de 2006: **Diretrizes Curriculares Nacionais para Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura**. Brasília, 2006. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA. Acessado em: 14.06.2022.

BRASIL; Ministério da Educação e Cultura; Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.2/2015, de 1 de julho de 2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior** (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acessado em: 14.06.2022.

BRASIL; Ministério da Educação e Cultura; Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.2/2019, de 20 de dezembro de 2019. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica - Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação)**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acessado em: 14.06.2022.

COSTA, Dóris Anita. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a Educação Especial, **Revista Psicopedagogia**, v.23, n.73, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v23n72/v23n72a07.pdf>. Acesso em: 06.05.2022.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In GOÉS, Maria Cecília Rafael de;

LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2ed, Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Desafios da diversidade na escola. **Revista Mediações**, v.5, n.2, jul./dez., 2000. Disponível em:
https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/2932091/mod_resource/content/1/GUSM%C3%83O_Desafios%20da%20diversidade.pdf. Acesso em: 14.11.2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.